



Discurso, política e direitos:

*por uma análise de
discurso comprometida*

Viviane de Melo Resende
Carolina Lopes Araújo
Jacqueline Fiuza da S. Regis
(Organizadoras)

EDITORA
UnB 60 



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Ana Flávia Magalhães Pinto
César Lignelli
Flávia Millena Biroli Tokarski
Liliane de Almeida Maia
Maria Lidia Bueno Fernandes
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcante
Sely Maria de Souza Costa
Wilsa Maria Ramos

Discurso, política e direitos:

*por uma análise de
discurso comprometida*

Viviane de Melo Resende
Carolina Lopes Araújo
Jacqueline Fiuza da S. Regis
(Organizadoras)

Ilustração de capa

Baseada no trabalho de Mariana Henrique Mariano da Silva para o VII Colóquio e II Instituto da ALED-Brasil

© 2020 Editora Universidade de Brasília
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa,
1º andar – Campus Darcy Ribeiro,
Asa Norte, Brasília/DF – CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Bibliotecário responsável: Fernando Silva - CRB 1/2001

D611 Discurso, política e direitos : por uma análise de discurso
 comprometida / Viviane de Melo Resende, Carolina Lopes
 Araújo, Jacqueline Fiuza da S. Regis, organizadoras. – Brasília
 : Editora Universidade de Brasília, 2022.
 240 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-5846-138-8.

1. Estudo crítico do discurso. 2. Análise de discurso crítica. 3.
Direitos humanos. 4. Associação Latino-Americana de Estudos
do Discurso. I. Resende, Viviane de Melo (org.). II. Araújo,
Carolina Lopes (org.). III. Regis, Jacqueline Fiuza da S. (org.).

CDU 82.085



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sumário

Apresentação: uma análise de discurso comprometida	7
1. Estudo das reações sociodiscursivas verbais em ambientes de interação virtual	17
2. Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA: uma aproximação da análise de discurso crítica	51
3. Reflexões sobre a luta mobilizada do MNPR e sua relação com o Estado brasileiro: uma perspectiva discursivo-crítica localizada ...	85
4. “Eu me sentia um professor”: reexistências decoloniais no âmbito do projeto Mulheres Inspiradoras	115
5. Análise crítica do discurso e teorias jurídicas feministas: um olhar sobre a cidadania das mulheres	147
6. Discurso e direitos: por uma análise crítica do discurso jurídico em decisões judiciais	171
7. Análise do discurso de ódio contra uma blogueira	203
Sobre as organizadoras	235
Sobre as/os autoras/es	237



3

Reflexões sobre a luta mobilizada do MNPR e sua relação com o Estado brasileiro: uma perspectiva discursivo-crítica localizada

Gersiney Santos

Brasil e o caso da situação de rua – uma introdução em desenvolvimento

Realidade histórica: a pobreza extrema é um processo multidimensional e origina-se (inclusive se consolida) junto com a evolução do sistema capitalista de produção (COX, 1959; POLANYI, 2000). Sobre o tema, se fizermos uma brevíssima síntese (que se fundamenta no continente europeu entre os séculos XVIII e XIX), em diversas nações, no contexto da primeira Revolução Industrial (e com a estabilização da nova era social baseada na industrialização), “o problema da pobreza se concentrava em torno de dois termos estreitamente relacionados: pauperismo e economia política” (POLANYI, 2000, p. 128).

A industrialização concentrada nas cidades fez, portanto, com que, progressivamente, os espaços urbanos passassem a se tornar chamariz para um grupo de pessoas não proprietárias (vindas das classes campo-

nessas, em sua grande maioria) que buscavam melhoria de condição de vida. Tal grupo humano, a saber, uma parcela social desorientada devido ao enfraquecimento da economia, antes exclusivamente voltada ao cultivo de sua subsistência, constituiu um intenso êxodo populacional rumo aos centros industriais. As cidades, diante de um cenário cada vez mais intenso, mostraram-se, cada vez mais, incapazes de absorver completamente a grande massa de trabalhadores/as disponível para o então novo sistema de produção.

Apesar da ascensão de um mercado de consumo, nem todos/as tinham acesso a tais produtos devido à falta do meio de aquisição em franca consolidação: o dinheiro. Quando empregada, a gente incluída nas classes mais humildes era submetida a regimes desumanos de trabalho (de extrema má remuneração), o que lhe submetia a uma situação crítica de sobrevivência e constantes crises de manutenção. Fatores como a escassez de oportunidades de trabalho, o expressivo contingente de pessoas migrantes para as zonas urbanas, mais as profundas desigualdades que se vinham estabelecendo no novo contexto econômico desde o século XVIII criaram e estabeleceram novos mundos díspares: o dos/as muito ricos/as e o dos/as muito pobres; o dos/as exploradores/as e o dos/as explorados/as, enfim. Foi a partir de tal conjuntura que apareceu mais marcadamente a classe dos/as extremamente pobres e miseráveis.

E nós, brasileiros/as? Como estávamos nesse cenário? Desde o século XVII, o Brasil caracterizou-se por ser um território marcado também por forte desigualdade, tendo em vista a economia extrativista e escravocrata que mesclava populações de migrantes e escravos no corpo trabalhador de territórios com produção de matérias-primas de grande valor comercial – como o ouro e a cana-de-açúcar. Tomando um cenário bastante ilustrativo, podemos observar a constituição do cenário de desigualdade

pela representação do contexto socioeconômico de uma das mais importantes colônias deste território, a Bahia:

Desigualdades sociais profundas dividiam os baianos entre senhores e escravos, brancos e negros, ricos e pobres. A escravidão, até a década de 1830, atingia mais de trinta por cento da população. Sobre os escravos recaía o peso da produção da maior parte da riqueza consumida e exportada pela província da Bahia. A grande maioria dos pobres ou já havia vivido a experiência da escravidão ou descendia de gente com raízes na África. Embora alguns poucos libertos conseguissem a duras penas se tornar proprietários, o contingente de pobres da cidade estava sempre sendo abastecido por um grande número de ex-escravos. A maior parte destes era obrigada a sobreviver de serviços esporádicos, do pequeno comércio ambulante e da mendicância (FRAGA FILHO, 1994, p. 14-15).

É preciso, desse modo, destacar como a escravização contribuiu bastante para a segregação e a negligência sociais, sendo a maioria dos/as alijados/as do sistema econômico composta por ex-escravos/as e seus/suas descendentes. Sem ter como se sustentar de forma satisfatória, os/as ex-escravos/as, os/as trabalhadores/as migrantes de zonas menos produtivas, os/as estrangeiros/as sem qualificação ou fugidos/as e os/as mestiços/as redesejavam em terras brasileiras – ainda que não dentro de um contexto industrial – a realidade europeia: ocupando espaços públicos, oferecendo seus serviços ou simplesmente pedindo esmolas.

Foi no século XX que a industrialização brasileira começou a tomar contorno com o declínio do império cafeeiro – devido à crise mundial de 1929 e à queda nas exportações do principal produto nacional. Com o

avanço do *modus operandi* industrial, os grandes centros urbanos tiveram uma nova e crescente explosão demográfica, ocasionada, em boa parte, pelo contínuo fluxo de pessoas vindas do campo ou de zonas populacionais economicamente desgastadas em busca de empregos na cidade. A grande quantidade de mão de obra possibilitou o desenvolvimento dos centros, porém intensificou a exclusão social já nítida nos séculos anteriores. Desde o século XVI, o trabalho braçal concentrava-se nas mãos de pessoas trazidas como escravas das colônias portuguesas na África para trabalhar na produção de açúcar inicialmente. Foi desse modo que, por quatro séculos, uma verdadeira casta excluída ia sendo estabelecida: a dos/as “escravos/as” e seus/suas descendentes, e, em menor número, a dos chamados “homens livres” (ex-escravos/as alforriados/as ou pessoas sem instrução) (FRAGAFILHO, 1994).

A gradativa restrição ao uso do trabalho escravo no século XIX traçou mais nitidamente a situação de pobreza e de miséria no Brasil. De acordo com Fausto (2012), de 1850 (ano da assinatura da Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico intercontinental de escravos) até 1888 (ano da Lei Áurea, que estabelecia o fim da escravização no Brasil), os/as negros/as africanos/as e seus/suas descendentes brasileiros/as seguiram sofrendo um processo de forte exclusão: uma vez livres, enfrentavam o problema da não absorção social e econômica. Quando conseguiam possibilidade de atuação no mercado de trabalho, encontravam espaços degradantes dentro do sistema de industrialização que anunciava o crescimento, tendo de concorrer, inclusive, com imigrantes europeus/eias – conhecedores/as do processo fabril, já consolidado na Europa industrial –, atraídos/as para trabalhar nas fábricas brasileiras dos séculos XIX e XX. Todo esse contexto de exclusão formou no Brasil uma verdadeira classe de párias, que, alijados/as do processo de desenvolvimento, não encontravam modos de sobrevivência em uma sociedade excludente e em uma economia instável. A pobreza, desde muito, parecia já possuir cor e rosto.

3. Reflexões sobre a luta mobilizada do MNPR e sua relação com o Estado brasileiro

A despeito de mudanças no país, a condição de ser pobre já era estabelecida como abominação pela ótica da sociedade burguesa. O discurso burguês passou, então, a construir e a reproduzir a demonização daqueles/as que não estivessem encaixados/as no modo de vida da burguesia local. O cenário da pobreza desses séculos assumiu o contorno de popularização de personagens como os/as “pivetes” (filhos/as “livres” de escravos/as devido à promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871), “coitados/as” (idosos/as, que, depois de uma vida inteira de escravização, foram “libertados/as” pela Lei dos Sexagenários, em 1885) ou “vagabundos/as” (homens e mulheres que não estavam inseridos/as em uma atividade produtora entendida como tal pelas autoridades oficiais) (FRAGA FILHO, 1994). Esses “tipos sociais”, por não se encaixarem e, consequentemente, sofrerem sistematicamente variados tipos de preconceito, formaram os grupos sociais cujas características (“pivetes”, “coitados/as”, “vagabundos”) até hoje se associam simbolicamente à população em situação de rua. O contingente humano vivendo nas ruas crescia, desse modo, na dinâmica desigual da estratificação das camadas ricas em contraposição aos grupos de miseráveis.

É no século XIX que se consolidam construções de cortiços para abrigar os/as trabalhadores/as das então modernas e vaporosas fábricas, em um desenho que traçou o conceito posterior do que entendemos por favelas. Como sintetiza Pereira (2008),

Além das duas principais classes sociais que dividiam o Brasil no final do século XIX – constituídas por capitalistas, banqueiros, políticos, comerciantes e negociantes de um lado e por escravos do outro –, surgia uma terceira. Esta era formada por escravos alforriados, libertos, mas abandonados pelo Estado, sem acesso a terra ou casa própria, que não conseguia se fixar em nenhuma atividade laboral e, devido a esses fatores, vivia em meio à ignorância, à miséria e à dependência dos grandes produtores ou fazendeiros (PEREIRA, 2008, p. 46).

A pobreza no Brasil seguiu a lógica desenvolvida no sistema capitalista de acumulação e lucro: a escravização foi uma dessas estratégias, na medida em que o entendimento de trabalho no vetusto ideário colonizador – antes de consolidar o discurso de ojeriza ao pobre e outrificação do miserável – “criou duas categorias de pessoas: os cidadãos e os escravos” (JESUS, 2005, p. 7). Sua reorganização, no que para muitos/as simbolizou um eventual desfecho, foi responsável por boa parte do cenário de pobreza e miséria do Brasil como o vemos atualmente.

A reorganização de que falo se deve também aos modos simbólicos de reprodução da lógica hegemônica, como determinados setores da mídia escrita, por exemplo, que durante séculos estiveram aliados à construção de papéis negativamente marcados para a classe social miserável consolidada – constantemente descrita como composta por pessoas de má índole. No cenário nacional de transição do século XIX para o XX passaram a pulular as representações obtusas e estereotipadas que criminalizavam tipos específicos, marcando “uma dicotomia: de um lado, o trabalhador assalariado, representado pelo imigrante branco, ordeiro, virtuoso; de outro, o pobre que não trabalhava, representado pelo negro liberto, malandro, preguiçoso, vicioso” (PEREIRA, 2008, p. 48).

Como apresentado, desde tempos longevos, houve o movimento de sofisticada construção discursiva para consolidar posições de subalteridade e de superioridade. O trabalho de naturalização da superioridade social, desse modo, recorreu a instituições de poder que perpassaram (e perpassam) setores de natureza chave, possibilitadores de transformações sociais. Tais movimentos sociodiscursivos contribuíram, desse modo, para a formação de um grupo social invisibilizado e alvo de um sem-número de violências (físicas e simbólicas), reunido no que se considera uma população: a população em situação de rua.

Na pobreza extrema, a situação de rua é uma das realidades mais cruéis geradas a partir da profunda falta de consciência cidadã, com vistas à ideologia do lucro como objetivo maior. Assim, como explicamos, não se sustenta atribuir à situação de rua o caráter de “fenômeno natural”, pois as relações sociais amparadas na linguagem e no discurso lograram reforçar sistemas de poder direta e indiretamente responsáveis por essa realidade.

Teoria e(m) movimento – pé na rua e mãos à obra

Quando nos é proposta uma reflexão adequada acerca de conjunturas quaisquer, mostra-se necessário o comprometimento com questões temporalmente cumulativas. É por essa razão que, para contribuímos para a reflexão acerca dos entraves que dificultam o enfrentamento efetivo da pobreza extrema, é necessário – em termos bastante diretos – olharmos para trás. Precisamos inclusive estruturar para onde olharemos com acuidade para, conseqüentemente, retomarmos as relações que, somadas, construíram a realidade enfrentada.

Assim exposto, a partir desta seção, este trabalho se dedica a trazer a questão da situação de rua no intuito de centralizar sua resistência. É nossa escolha no que tange a refletir sobre a pobreza extrema: focar um de seus aspectos mais desumanos e urgentes, porém sem contribuir com a visão fatalista com a qual boa parte da sociedade está familiarizada. Refletir, portanto, sobre a situação de rua é, de fato, uma ação de resistência, e isso vem sendo desenvolvido em trabalhos de perceptível preocupação social: este, especificamente, associa-se à empreitada de não naturalizar, tampouco atuar com assistencialismo no que tange às pessoas em situação de rua. Nossa proposta deseja acrescentar força às problematizações críticas

voltadas à realidade de mais de uma centena de milhares de pessoas que continuam invisibilizadas pelo Estado (IPEA, 2016).

Observando que muito do que alimenta uma visão de verdadeira ojeriza à população em situação de rua (e as ações a ela atreladas, das quais falaremos mais adiante) está cotidiana e sistematicamente plasmada na linguagem, não podemos negligenciar os efeitos e as repercussões por ela alcançados; mais, não podemos deixar de nos ater ao fato de que a linguagem articula, influencia e modifica até sentidos sociais. Assim, é altamente relevante despertar para o lugar social da linguagem, ou melhor, do discurso como “elemento semiótico integrado a práticas sociais” (RESENDE, 2009), sendo um “modo de ação” inerente às relações humanas e situado historicamente.

Portanto, desde uma dimensão mais teórica, para iniciarmos esta reflexão, remontamos à abordagem linguístico-discursiva da Análise de Discurso Crítica (ADC), como explica Santos (2013, p. 19), “um conjunto de abordagens teórico-metodológicas que intenta dar conta da investigação interdisciplinar da linguagem em seu aspecto discursivo”; influenciada em alguns trabalhos centrais de Fairclough (2003; 2010), mas com base principal em analistas latino-americanos/as que concentram suas investigações nas relações sociais e no aspecto potencialmente transformacional assumido no discurso por atores e grupos sociais envolvidos em questões específicas da esfera social.

Trabalhos tais como os de Resende (2008; 2009), Ramalho e Resende (2011), Pardo (2011) e Marchese (2011; 2012) possibilitam atrelar os estudos críticos voltados ao discurso a um recorte posicionado e orientado para a intervenção concreta das questões investigadas da realidade social. Cabe também destacar que as discussões aqui desenvolvidas trazem dimensões demarcadas dos níveis da estrutura linguística e da discursiva com base nas relações de poder estabelecidas entre a representação

política da população em situação de rua e o Estado. Essa tomada discursiva tem, portanto, pontos de forte inter-relação com conceitos básicos da teoria funcionalista da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF); assim, os aspectos de interação e de uso da estrutura da língua discutidos neste trabalho – bem como as repercussões nos atos de reflexão sobre a situação de rua – são influenciados segundo a gramática da experiência (SILVA, 2009b) oferecida pela teoria.

A LSF, teoria linguística e modelo de epistemologia para a perspectiva funcionalista da linguagem (ao mostrar-se como reveladora na superfície textual) (HALLIDAY, 2004; SILVA, 2005), dialoga com o Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos (MSDALT). A união dos métodos (LSF e MSDALT) permitiu construir uma das partes fundamentais da tese “A voz da situação de rua na agenda de mudança social no Brasil: um estudo discursivo crítico sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)¹”, de onde são retiradas as considerações detalhadas nas seções que seguem.

MNPR: movimento na rua

No que diz respeito à reflexão sociológica, recorreremos a autores/as que tratam dos temas de identidade, opressão e luta social. Este trabalho

¹ O nome histórico do movimento social, de acordo com suas próprias lideranças e os diversos registros de luta, é “Movimento Nacional da População de Rua”; ainda assim (apesar de nosso profundo respeito à autodefinição do MNPR), alinhados com uma perspectiva discursiva crítica concernente às potencialidades transformacionais da linguagem, optamos por incluir o termo “em Situação” ao nome do Movimento no título de nosso trabalho – e, algumas vezes, utilizar tal versão (Movimento Nacional da População **em Situação** de Rua), de maneira flutuante, durante a tese. Sobre a importância de problematizar e romper com termos ideologicamente naturalizados, confrontar o Capítulo 2 de Santos (2013).

foca, assim, na mobilização organizada da população em situação de rua (sua luta como entidade de projeto com proposta de protagonismo político) e em uma reflexão acerca de como determinadas condutas de resistência impactam centralmente a efetividade de projetos contra-hegemônicos. Mais especificamente, autores/as como Gohn (2008; 2013), Alonso (2009) e Oliver (2009) organizam o que maneja a mobilização social a partir das novas configurações assumidas por movimentos sociais na atual fase da modernidade. Alinhando-os/as com intelectuais como Cox (1959), Ramos (1960), Fanon (1968; 2008), Hall (2005), Souza (2009), Collins (2013), Silva (2009a), aproximamos questões de exclusão operadas pela hegemonia do cenário no qual o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) opera.

O MNPR é um movimento social decorrente da luta conjunta de alguns atores sociais e de outros movimentos catalisados pela Chacina da Praça da Sé, um episódio de violência praticado contra pessoas conhecidas como “moradores de rua da Sé”. O fato, repercutido nacional e internacionalmente (pelo teor de barbárie), ocorreu em 19 de agosto de 2004: 15 pessoas que dormiam no local foram atacadas, sendo sete delas brutalmente assassinadas. Os agressores não foram identificados, mas as vítimas sim: todas elas pessoas em situação de rua. Houve, na época, uma mobilização que agregou diversos setores sociais e contou com o apoio ativo de setores da Igreja, principalmente a Pastoral do Povo de Rua (uma das pastorais historicamente ligadas à TL). Em sua pesquisa sobre características constitutivas da população em situação de rua, Costa (2007) explica:

O MNPR, desde seu nascimento, esteve sempre próximo ao MNCR, e como este último, também se apresenta como um movimento de escala nacional. Contudo, o MNPR possui

3. Reflexões sobre a luta mobilizada do MNPR e sua relação com o Estado brasileiro

articulações em poucas cidades brasileiras, sendo as principais São Paulo e Belo Horizonte. Cidades onde, justamente, a Pastoral do Povo da Rua é mais ativa (COSTA, 2007, p. 137).

Voltando à tragédia acontecida na capital paulista em 2004, ela foi o estopim para que pessoas em situação de rua se organizassem em mobilizações que demandavam uma posição oficial ante a ausência de políticas públicas de proteção e defesa dos seus direitos, bem como o enfrentamento concreto da problemática no Brasil. Imbuídos do propósito de mudança social, lideranças da situação de rua de estados como São Paulo, Bahia e Minas Gerais uniram-se ao já constituído Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (o MNCR, instituído desde 2001 e formado por cooperativas de catadores/as de materiais recicláveis, nacionalmente consolidadas desde os anos 1990) e, mobilizados em conjunto na “Marcha Nacional do MNCR em Brasília”, estabeleceram uma articulação política que já vinha sendo realizada por meio de fóruns e plenárias desde o massacre de 2004. Por conseguinte, em setembro de 2005, pessoas em situação de rua vindas de Belo Horizonte, convidadas para participar do IV Festival Lixo e Cidadania do MNCR, conseguiram, de modo mais estruturado, articular com outras capitais a presença de pessoas em situação de rua no evento, fundando, então, o Movimento Nacional da População de Rua.

A construção do discurso político do MNPR sempre esteve bastante atrelada a outros contextos de mobilização. É perceptível a natureza diretamente imbricada com discursos consagrados ligados à pobreza e a instituições que sempre se relacionaram com o público “mais necessitado” (como suas relações diretas com o assistencialismo). Desse modo, a participação de grupos da Igreja, do Estado e do terceiro setor serviu de plano

para que o MNPR pudesse estabelecer-se como um movimento social em busca de projeção nos embates sociais e também obter um corpo político mais sólido para demandar a mudança de realidade imaginada para essa população. Por outro lado, tais vínculos contribuem, simultaneamente, para questionáveis ambivalências discursivas.

Como participante direto das mudanças sociopolíticas no Brasil, o MNPR desenvolveu um *modus operandi* característico quando pensamos em mobilização social sob uma perspectiva oitentista (GOHN, 1997; 2013): o Movimento nasceu e se consolidou sob a égide de um governo de aberto discurso social, e suas coordenações mostraram-se atentas ao posicionar-se nesse discurso, aliando-se acertadamente a lutas historicamente estabelecidas – como a dos/as catadores/as de materiais recicláveis – e ao governo “mais à esquerda” do Partido dos Trabalhadores (PT). Provavelmente, isso tenha acontecido e se dê em razão, entre outras coisas, da própria heterogeneidade daqueles/as que compõem o MNPR, mas não podemos deixar de atentar para os “bons contatos” que o movimento social conseguiu ao estabelecer uma ligação tão íntima com o Estado e a Igreja.

As próximas partes deste texto tratarão especialmente do trabalho realizado com base em nossa pesquisa de doutorado já mencionada. Para tanto, escolheremos uma das coordenações que fizeram parte da investigação e contribuiram centralmente para que os resultados pudessem ser refletidos e consolidados. As duas seções seguintes, portanto, apresentarão uma discussão sobre aspectos etnográficos e linguístico-discursivos e as considerações levantadas a partir dessa relação. A proposta é, com a escolha de uma das coordenações do MNPR – sendo essa quantidade decidida por conta das limitações de espaço do gênero discursivo –, discutir as problemáticas que determinadas relações concretizam.

Para reflexão: narrativas do MNPR e sua dimensão semântico-discursiva

Para pensarmos mais apropriadamente sobre o papel do discurso na ação do MNPR – que intitula este texto –, atrelamos, como já defendido, a questão linguística a uma pesquisa de cunho social mais aprofundada. Na pesquisa que dá origem a este texto, após decidirmos as escolhas metodológicas realizadas, procedemos à esquematização de como se daria a interação com o método qualitativo de visitas a campo. Tais procedimentos possibilitaram a geração de dados etnográficos, mais especificamente as entrevistas que compuseram parte fundamental da tese.

As visitas e as interações foram estruturadas para serem realizadas com as/os representantes do MNPR (coordenadores/as) em cinco estados do Brasil. As coordenações foram selecionadas devido à atuação diante das lutas pela superação da situação de rua e aos resultados políticos conquistados por meio de intervenção social direcionada a esse objetivo. As circunstâncias de abordagem e negociação para a realização das entrevistas aconteceram de modos distintos com as representações do Movimento, pois, em ocasiões específicas, estabelecemos contato para o esclarecimento de pontos cruciais do momento da investigação a ser construído.

Nosso contato com as coordenações do MNPR vinha se realizando desde a participação nos dois principais eventos de mobilização política do movimento social – as primeiras edições do Congresso Nacional do MNPR, ocorridas, respectivamente, em 2012 e 2014. Na época, conseguimos articular com as coordenadoras e os coordenadores como realizaríamos a etapa de entrevistas da pesquisa. Participando dos congressos, conseguimos dialogar mais de perto com os/as representantes do MNPR, logrando, assim, aproximar-nos das pessoas que podiam reunir

e compartilhar as informações necessárias para a percepção representacional – complementar à acional (quando de nossa participação nos congressos) – do movimento organizado de luta.

À época, a coordenação nacional era composta por Anderson Lopes (coordenador do MNPR de São Paulo), Samuel Rodrigues (MNPR de Minas Gerais), Maria Lucia Santos (coordenadora do MNPR da Bahia) e Antonia Cardoso (MNPR-DF) (todos/as com trajetória na situação de rua e centrais no então desenho político do Movimento), e assim alcançamos balizar de fato como se daria a etapa de campo. Desse modo, durante o tempo em que estivemos trabalhando em conjunto, participando de discussões do Movimento com o Estado (ocasiões como representantes da sociedade civil em reuniões intersetoriais promovidas pelo Estado e nas discussões sobre o fortalecimento do Fórum da População em Situação de Rua do Distrito Federal), conseguimos a organização de um calendário de interações com cada representante.

Aqui, traremos a interação com a memorável coordenadora Maria Lucia Santos – à qual dedico este trabalho –, responsável pelo MNPR-BA e com a qual desenvolvemos uma das etapas mais consistentes da pesquisa de doutoramento.

MNPR-BA e, no meio do caminho, o Estado – considerações analíticas

A relação de Maria Lucia Santos com nossa pesquisa foi fruto de um trabalho anterior, quando realizamos pesquisa sobre uma publicação ligada à situação de rua, e já naquele momento havíamos ouvido seu relato de experiência. Uma das mais destacadas presenças do I e do II Congresso Nacional do MNPR, Lucia encabeçou a organização do primeiro evento político da população em situação de rua, o qual aconteceu em Salvador.

3. Reflexões sobre a luta mobilizada do MNPR e sua relação com o Estado brasileiro

Sua postura de liderança e exigência de atenção a cada detalhe dos dois momentos de 2012 e 2014 não impediram nosso contato relacionado à realização da entrevista para nossa pesquisa. Nós já havíamos adiantado a necessidade de conversar especificamente sobre sua experiência de coordenadora na Bahia. Aliás, a coordenação baiana, à época de Lucia, era conhecida como uma das mais bem-sucedidas em termos de resultados e comunicação com as autoridades para a atenção direcionada à situação de rua.

A entrevista realizada na coordenação baiana do MNPR foi uma das mais ricas da etapa de campo da pesquisa. Estar pessoalmente na sede do MNPR-BA apontou-nos um caminho que apenas pelos diálogos promovidos oficialmente não seria tão esclarecedor.

A etapa de geração de dados etnográficos de entrevistas conseguiu completar uma parte essencial para a construção das reflexões acerca da análise da ação social operada pelo MNPR em suas coordenações de maior representatividade. A sistematização dos dados gerados nas entrevistas, como mencionamos, foi concentrada na aplicação linguístico-discursiva do MSDALT.

As análises realizadas apontaram que a representação inicial do MNPR-BA sobre sua luta se relacionava reiteradamente com questões de avanços na mudança na perspectiva ideológica de identificação da população em situação de rua com o trabalho do Movimento. Em outras palavras, era central a mudança da identidade da pessoa em situação de rua. Ademais, as oportunidades conquistadas referentes à problemática da situação de rua estão atreladas à relação (definida como) bem-sucedida com o Estado.

A coordenação baiana do Movimento desenhou a função primordial de sua existência, uma vez que ele abriu caminhos e gerou oportunidades, estando, entre elas, o fato de “muitas pessoas” não mais avaliarem

negativamente a população em situação de rua – trata-se da causação, anteriormente mencionada –, ou seja, novamente questões de nova construção de identidades.

A presença do Estado foi outro ponto de relevância na representação discursiva do MNPR-BA, que construía a participação do governo na luta pela superação da situação de rua como uma oportunidade, um acesso distinto à percepção social. Ainda assim, com as análises, pudemos perceber que um dos aspectos mais destacados pela representação discursiva da coordenação baiana é a identificação ambivalente do governo e de suas ações políticas: inicialmente, o Estado é discursivamente centralizado – e mais ainda é o serviço prestado a atores sociais em situação de rua.

O Estado, então, foi fortemente definido como uma realidade problemática para a população em situação de rua; o próprio Movimento apontou que, para ele, o entendimento das pessoas em situação de rua como algo negativo justificava fortemente a intervenção do MNPR, o qual, em contraponto inicial, é identificado positivamente por recursos linguísticos (tais como a metáfora do “divisor de águas”, cujo sentido é o de separar uma situação de outra de modo definitivo).

O MNPR é representado como um poder de intervenção/ação simbólica para que a identificação das pessoas em situação de rua não seja mais socialmente caracterizada de modo negativo. Aparentemente, seria essa uma das conquistas advindas da existência e da ação do MNPR-BA para a situação de rua. As dificuldades são atreladas para além do questionamento das ações do governo e caracterizadas como parte da relação característica com as pessoas em situação de rua.

A coordenadora do MNPR-BA constituiu suas intervenções com base em uma percepção crítica acerca da relação de seu diálogo com o Estado, ativando pressuposições que indicavam uma realidade nada

satisfatória, mas que assegurava ao Movimento uma possibilidade de estar mais próximo das decisões de poder. Tais representações discursivas atrelavam à luta do MNPR – ainda que em relação tão próxima com o Estado – força discursiva de busca por um enfrentamento que parecia dar-se de forma reflexiva (sem um desenho de mudança mais concreto desse diálogo pouco satisfatório).

A liderança linguisticamente reforçava a relação com o Estado como estratégica para determinadas realizações. Entretanto, a análise linguístico-discursiva advinda da aplicação do MSDALT apontou identificações discursivas de insuficiência; assim, pudemos observar que se tratava de uma aparente conquista, mas o texto semantizava algo bastante enrijecido quanto a intervenções mais concretas.

O Estado, identificado nas três esferas de atuação (a saber, municipal, estadual e federal) pela coordenadora, foi mais salientado durante a entrevista em relação à interação em nível federal, no qual a articulação com o MNPR passava pelas esferas mais locais, perpassando ministérios e secretarias relacionadas ao mais alto poder estatal; essas representações do governo foram frisadas com ações de intervenção, mas ligadas a uma prática de ações de governo: a realização de momentos de diálogo – consonante com a prática adotada pelo movimento social.

O MNPR-BA, em seu relato, apresentou uma postura aparentemente (e constantemente) mais ponderada, sem deixar de levar em consideração “os perigos” que uma relação de parceria pode suscitar. Desde uma perspectiva mais específica, observamos que o MNPR assumia a liderança de decisão referente aos objetivos, no entanto referindo-se mais a uma necessidade de atenção por parte das políticas públicas, em uma relação de dependência consciente. A coordenadora, por vezes, envolvia-se fortemente com suas declarações sobre a condição de miserabilidade

(em sentido amplo) da população em situação de rua, fazendo um julgamento negativo acerca de toda a situação engessada pela agência reduzida do Estado. Ela, apesar da crítica genuína, não pareceu concluir o que justificava o motivo de o Estado portar-se do modo representado; em vez disso, vimos, vez ou outra, a inclusão de um argumento que tinha a ver com a ligação partidária: a crença de que o Partido dos Trabalhadores (PT) (condensado simbolicamente na figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva) ainda via a situação de rua como prioridade.

A representação do Movimento foi, como já dito, identificada de forma positiva: em essência e em sua atuação comum voltada à população em situação de rua. Ao identificar-se positivamente, em contraposição a uma atitude que “despertaria cuidado” em relação aos parceiros (destacada, aqui, a presença do Estado), a liderança do MNPR-BA acabava por elencar características e passava a ressignificar – mesmo que com uma perceptível simpatia pelo PT – o entendimento de não ser vinculado a partidos políticos. Tal fato mostrou-se bastante relevante, pois pudemos relacionar a conduta discursiva com a crise de confiabilidade enfrentada nos últimos tempos pelos partidos políticos – outro entrave central para a construção de relações já clássicas em muitos movimentos sociais (GOHN, 2013). Por pressuposição – categoria basilar dos estudos de ADC (FAIRCLOUGH, 2003; PARDO ABRIL, 2013) –, depreendemos um alerta realizado pela coordenação de que os movimentos sociais podem servir de plataforma política, o que caracterizaria a anulação política (e não político-partidária) do MNPR, tendo em vista isso ser um degrau para atingir outros fins que em nada se interessam pela situação de rua.

Com o Movimento baseado na Bahia, pudemos observar que a representação pôs em evidência o MNPR(-BA) identificando-se positivamente – assim como nas entrevistas dos/as demais coordenadores/as – no que diz

respeito a um trabalho com vistas à luta pela visibilidade e pela mudança da perspectiva ideológica relacionadas à população em situação de rua. Para tanto, a coordenadora construiu a identidade do movimento social recorrendo ao uso de metáforas (como a mencionada “divisor de águas”) e pela descrição da relação com parcerias e com o Estado. Cabe registrar que as parcerias – que não tinham a ver com o Estado propriamente – foram identificadas como agregadas à ação do MNPR-BA mediante prévia seleção e percepção acerca da intenção em colaborar. A coordenadora assumiu um discurso de autonomia ao identificar como pouco confiáveis algumas dessas parcerias, caracterizando-as também como bem-vindas, desde que não se mostrassem oportunistas. De qualquer forma, de acordo com sua representação, o crivo da coordenação foi posto antes que elementos externos dessem início a um envolvimento com o MNPR-BA.

Fazendo um balanço da representação discursiva do MNPR-BA quanto à superação da miserabilidade profunda vivenciada por pessoas em situação de rua, mais especificamente no que diz respeito ao governo, a coordenadora não dispensou críticas à relação construída com ele. Ainda assim, sua representação destacou a importância concreta do trabalho conjunto, refletida nos resultados para as ações do MNPR-BA. Pudemos observar, assim, que a ação do MNPR-BA, embora expressamente envolvida com setores do governo e com outros parceiros, propôs uma estratégia discursiva de ocupar conscientemente espaços institucionais a fim de agilizar resultados lentos (in)operados justamente pelo poder institucional. A questão encontra eco na representação das outras coordenações entrevistadas (SANTOS, 2017). Analisando como se portaram as categorias que possuem mais ocorrências focalizadas, pudemos observar como se misturaram ainda mais o Movimento e o papel das parcerias, no caso, a mais central – o Estado.

Considerações finais

Este trabalho é um demonstrativo da necessidade de se pensar sobre a naturalização da pobreza extrema neste país: ser miserável tem sido, há muito, algo praticamente entendido como uma categoria social pertencente ao mundo “civilizado” (SANTOS, 2013).

A seleção pela entrevista da valiosa coordenadora do MNPR-BA nos dá uma percepção da complexidade de se pensar as estratégias de superação da situação de rua – até mesmo quando havia um contexto político de abertura para questões sociais no Brasil. Com a fala do MNPR-BA, ficou ainda mais marcado que a situação de rua tem de ser encarada a partir de perspectivas multidimensionais: desde a mudança pelas vias de identidade social até a execução de políticas públicas de caráter efetivo baseadas no monitoramento e no acompanhamento.

Com a análise linguístico-discursiva – promovida pelo MSDALT –, emergiu, entre outras coisas, a compreensível preocupação da coordenadora em mudar as percepções ideológicas da sociedade em relação à identidade dos atores sociais em situação de rua. Não obstante, na mencionada representação, a pessoa em situação de rua acabou, mais uma vez, assumindo o papel de mera beneficiária da luta promovida pela coordenação nacional do Movimento. Não se percebeu uma postura discursiva mobilizadora que envolvesse o coletivo (de pessoas) em situação de rua no tocante à reflexividade para a intervenção junto ao MNPR. A ação aqui referida diz respeito à formação crítica do público diretamente relacionada aos problemas causados inclusive pelo mesmo Estado, o qual, aparentemente, é identificado como parcialmente aberto à agenda de mudança social.

Desse modo, de forma mais ampla, seria recomendável, no lugar de uma resposta, propor uma nova questão: a situação de rua já não era a narrativa-estigma para a pessoa que fracassou, afinal que fracasso é esse dirigido a quem não foram dadas oportunidades iguais de atuar no mundo? Então, ser miserável pode ser visto como mais uma ilustração da “história única”, criando estereótipos, roubando das pessoas sua dignidade (ADICHIE, 2009). Não somos iguais, uma vez que esta nação começou, desde cedo, com as marcações das diferenças; nós, povo preto, povo pardo, povo pobre, desde sempre tivemos um lugar reservado para não avançar.

O entendimento de nossas identidades, no entanto, “não é um processo sem crises [...]. É processo dinâmico, em que sujeitos se constroem, são construídos e reconstruídos continuamente” (SILVA, 2009a, p. 183); com base nisso, a resistência analiticamente observada no discurso de cada um/a dos/as coordenadores/as – levadas em consideração as diferenças também apontadas – oferece uma abertura para (possíveis) outros contornos de intervenção. Como nos mostrou a discussão neste trabalho, as posturas pouco efetivas do Estado, uma intervenção externa à situação de rua, trouxeram abalos nos discursos das coordenações. Cada ação não efetiva para a população em situação de rua implica mais irmãos e irmãs que desaparecem, são mortos (até chacinados): a mobilização social, portanto, mostra-se literalmente vital para quem padece da condição. Assim, ter a possibilidade de conhecer o MNPR e contribuir com sua luta foi um presente raro, em que o processo foi bastante doído, afinal foi um contínuo remexer na cicatriz. Muitas vezes, o trabalho solitário e reflexivo atou-me, mas, ao mesmo tempo, fez-me entender a mim mesmo como ator social diretamente envolvido e parte de uma luta que não pode ser minimizada nem desconhecida.

Assim sendo, este trabalho deve ser interpretado como um ponto de partida, considerando que um dos fatores que chamam a atenção para a construção da desigualdade no Brasil é o lugar social do negro: margem, favela, pobreza, subemprego são algumas das heranças históricas. Tudo consequência de um longo período de escravização seguido de uma libertação burocratizada que atendeu aos anseios da elite e apagou o grupo negro do processo – a semente da miserabilidade (SILVA, 2009a, p. 139). Precisamos atentar para a urgência de enfrentar a situação de rua. Silva (2006, p. 88), destacando a situação de rua, adverte:

São recorrentes as análises que tendem a naturalizar a questão social, desconectando suas diversas expressões de sua origem comum: a organização social capitalista, a relação capital/trabalho. As análises desconectadas, fragmentadas, conduzem à responsabilização dos indivíduos pelos seus próprios problemas, isentando a sociedade de classes na produção das desigualdades sociais e, geralmente, conduzem a estratégias de enfrentamento também fragmentadas, focalizadas e muitas vezes repressivas.

Assim, a culpabilização da pobreza – sua responsabilização – corresponde a uma lógica discursiva ideológica, ou seja, de mais um discurso que mascara realidades. Cabe, portanto, ilustrar o quanto a percepção discursiva referente à situação de rua bem como seu estudo responsável são fundamentais para desmascarmos verdades tidas como únicas, que mostram grupos sociais como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente. Ainda, aqui, propusemos um exemplo do que o início dessas considerações trouxe, a perspectiva de luta baseada na ação social conjunta, mas que, se não bem articulada, pode acabar contribuindo para

o engessamento transformacional. O MNPR-BA, por meio da análise de sua entrevista, mediante articulação, chegou a alcançar avanços, mas sem a segurança de continuidade, algo que, de acordo com o discutido neste texto, afeta a postura política do próprio MNPR. Pudemos pensar o contexto no qual se desenvolveu a luta do Movimento e também questionar a gênese de sua criação, tão relacionada ao Estado.

Avançando com a discussão, em um sentido menos explícito, adentramos, com a pesquisa geratriz deste artigo, um espaço menos contextual e mais linguístico, ou melhor, discursivo: tendo percebido como o mundo social no qual está inscrito o MNPR se formou, onde, nesses embates e busca por autonomia política, a linguagem se encontraria? Vimos que em todos os seus aspectos, pois todos são mediados pela instância do texto. Discutimos sobre como a ADC nos oferece um campo de investigação amplo ao estudar a linguagem de modo reflexivo; como as instâncias textuais, produtos concretos das relações discursivas, atualizadas em práticas sociais, necessitam cada vez menos receber um olhar ingênuo, uma vez que possuem a capacidade de articular realidades, por reunir a ação, a representação e a identificação das práticas sociais e das estruturas sociais. Os textos inclusive dão-nos possibilidades de entendimento de como processos discursivos funcionam localizados nas ações da sociedade, pois, no mundo social, visões particulares (como a estereotipagem da situação de rua e a criminalização dos movimentos sociais) conseguem projetar-se por meio de sua capacidade de articular-se na vida cotidiana pelos mais diversos gêneros em sofisticados discursos e estilos (FAIRCLOUGH, 2003).

Como últimas palavras, reforçamos que a razão de tratar de textos em uma pesquisa sobre o MNPR teve a ver com o lugar que os discursos das coordenações do movimento social assumiam nas representações

de sua luta; assim, como vimos, foi problemático articular o discurso protagonista buscado pelo MNPR com o discurso ideológico de que as pessoas em situação de rua dão problemas para a construção da mobilização política do Movimento – a população em situação de rua, de fato, é reflexo de um problema que não é de sua responsabilidade, mas de uma parte poderosa do Estado que, por tempos, a expulsou do espaço cidadão (assim como por outras instituições, como a Igreja, por exemplo, que construíram uma lógica de ser outrificado, como explica Collins (2016, p. 106) acerca da postura discursiva hegemônico-ideológica:

Compartilham a característica comum de tratar grupos dominados – os “outros” – como objetos aos quais faltam plena subjetividade humana. Por exemplo, ao enxergarem as mulheres negras como mulas teimosas e as brancas como cachorros obedientes, ambos os grupos são objetificados, mas de maneiras diferentes. Nenhuma das duas é vista como plenamente humana e, portanto, ambas se tornam elegíveis para modelos específicos de dominação de raça/gênero. No entanto, se as mulheres negras recusaram a aceitar o seu *status* prescrito de “outro” por excelência, então toda a justificativa para esse tipo de dominação torna-se contestada. Em resumo, maltratar uma mula ou um cachorro pode ser mais fácil do que maltratar uma pessoa que é reflexo da própria humanidade daquele que maltrata.

Lembremos que todo esse processo de construção simbólica se estabeleceu no mundo por meio dos diversos textos, e é ainda com vista neles que tratamos do MSDALT, uma ferramenta de verdadeira utilidade para acessarmos níveis da superfície e da interioridade das representações discursivas do MNPR cristalizadas nas entrevistas. Antes de partir para

as análises, expusemos como se delineou propriamente nosso trabalho em termos prévios ao escrutínio das manifestações discursivas do Movimento. Foi importante articular o que tínhamos de conhecimento acerca do MNPR às questões metodológicas que uniam teoria e prática.

Com as considerações traçadas neste texto, cabe, portanto, reforçar a necessidade de o MNPR rever – de modo mais contundente – o nível (e o tipo) de envolvimento com o Estado e parcerias em comparação com a relação desenvolvida com os atores sociais em situação de rua. Com a crítica explanatória, pudemos provocar algumas questões em um momento de discorrer sobre como os três primeiros capítulos desembocaram nas observações da reflexão analítica, além de introduzir e explicitar o conceito de “redes pragmáticas”, lançando, por fim, uma proposta de intervenção.

A título de fechamento, gostaria de destacar que as Forças que escrevem comigo e norteiam este trabalho não me deixam concebê-lo como mais um texto acadêmico realizado, uma parte da cadeia de gêneros localizados e definidos, como nos iluminam as teorias. Este trabalho – assim como a tese de onde ele veio – pretende também ser uma plataforma para uma maior intervenção no mundo, para minha aplicação prática das redes pragmáticas e um convite a participarmos, de maneira conjunta, com o MNPR e os movimentos sociais na luta por uma agenda de mudança social estratégica e efetiva.

Não podemos deixar de registrar que este trabalho é encerrado em um momento extremamente difícil para o Brasil: um momento de sequestro de direitos conquistados, de fortes e sucessivos golpes contra o ideal de abertura à diferença e de escalada da perspectiva ideológica de extrema direita, bem como de negligência frente a questões fundamentais ligadas aos direitos humanos. Assim, nossa pesquisa, apesar de centrar-se nele, não se restringe a falar do MNPR, vai além, quer unir quem conseguir

atingir para, juntos/as, irmos contra uma lógica que nos infecta os olhos, a mente e nossas bocas, engessando reações.

Gostaríamos de destacar, no entanto, que essa influência de constrangimento estrutural não é mais forte do que o poder de ação daqueles/as que conseguem entender a gênese covarde, baseada e mantida na falta de tantos para a manutenção de tão poucos. A resistência segue a Luta. A Luta continua!

Referências

ADICHIE, C. *O perigo de uma única história*. Publicado pelo canal TED. [Oxford:] [s. n.], 2009. 1 vídeo (19min 16s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>. Acesso em: 15 nov. 2018.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. São Paulo, *Lua Nova*, v. 76, 2009.

COLLINS, P. H. *On intellectual activism*. Philadelphia: Temple University Press, 2013.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 1, n. 1, p. 99-127, 2016.

COSTA, D. L. R. *A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, 2017.

COX, O. C. *Caste, class & race: a study in social dynamics*. Nova York: Monthly Review Press, 1959.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. London: Routledge, 2010.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2013.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: UFBA, 2008.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012.

FRAGA FILHO, W. F. *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1994.

GOHN, M. G. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, M. G. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2013.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Arnold, 2004.

JESUS, J. G. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo: representações sociais dos libertadores*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia, 2005.

MARCHESE, M. C. *El texto como unidad de análisis sociodiscursiva: una propuesta a partir del Método Sincrónico-Diacrónico de Análisis Lingüístico de Textos*. Buenos Aires: Editorial Tersites, 2011.

MARCHESE, M. C. *Análisis crítico de la representación discursiva de la vivienda en historias de vida de sujetos en situaciones de pobreza urbana y en discursos del Estado: el déficit habitacional en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires en la posmodernidad*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Buenos Aires, 2012.

MARCHESE, M. C. Estado de excepción y políticas de emergencia: su impacto sobre la construcción simbólica del espacio habitacional. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Brasília; v. 1, n. 15, 2014.

NATALINO, M. A. C. *Estimativa da população em situação de rua no Brasil*. Texto para Discussão. Brasília: Ipea, 2016.

OLIVER, L. Conflictos y tensiones en torno del estado ampliado en América Latina, Brasil y México entre la crisis orgánica del Estado y el problema de la hegemonia. In: GAVIA, M. F.; GUILLÉN, D. *Los derechos y las prácticas ciudadanas a la luz de los movimientos populares*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2009.

PARDO ABRIL, N. *Cómo hacer análisis crítico del discurso: una perspectiva latinoamericana*. Santiago de Chile: Frasis, 2013.

PARDO, M. L. Latin-American discourse studies: state of the art and new perspectives. *Journal of Multicultural Discourses*, v. 5, n. 3, 2010.

PARDO, M. L. *Teoría y metodología de la investigación lingüística. Método Sincrónico-Diacrónico de Análisis Lingüístico de Textos*. Buenos Aires: Tersites, 2011.

3. Reflexões sobre a luta mobilizada do MNPR e sua relação com o Estado brasileiro

PEREIRA, C. P. *Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2008.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

RAMOS, A. G. *O problema nacional do Brasil*. Uberaba: Saga, 1960.

RESENDE, V. M. *Análise de discurso crítica e etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RESENDE, V. M. *Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares*. Brasília: Pontes Editores, 2009.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2009.

SANTOS, G. P. *O jornal Aurora da Rua e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, 2013.

SILVA, D. E. G. (Org.). *Nas instâncias do discurso: uma permeabilidade de fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras, 2005.

SILVA, D. E. G. (Org.). Representações discursivas da pobreza e gramática. *Revista Delta*, v. 25, n. 3, 2009b.

SILVA, F. C. Oliveira da. *A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2009a.

SILVA, M. L. L. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUZA, A. L. S. *Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento hip hop*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

Sobre as organizadoras

Carolina Lopes Araújo

Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Mestre em Gestão pela HEC-Montreal (Canadá). Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora adjunta da Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina. Desenvolve estudos nas áreas de desenvolvimento e sustentabilidade, participação social e colaboração, gestão e educação e análise discursiva.

E-mail: carolinalopesaraujo@gmail.com

Jacqueline Fiuza da Silva Regis

Doutora em Linguística pela UnB e *Doctor philosophiae* (Dr. phil.) pela Universidade Friedrich Schiller, Alemanha. Professora vinculada ao Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade da Universidade de Brasília. Mãe da Ayumi (2009), da Inaê (2011) e da Nina (2017). Articula pesquisa e docência em questões afetas à decolonialidade, ao antirracismo, à análise de discurso crítica, a direitos sexuais e reprodutivos e à produção textual.

E-mail: fuzaregis@yahoo.de

Viviane de Melo Resende

Doutora em Linguística pela UnB, professora associada da mesma universidade. Pesquisadora do CNPq, coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS) e do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC). Realizou estudos pós-doutorais na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade Pompeu Fabra. Desenvolve pesquisas em estudos críticos do discurso, decolonialidade, interseccionalidade, com foco na situação de rua.

E-mail: resende.v.melo@gmail.com

Sobre as/os autoras/es

Débora de Carvalho Figueiredo

Bacharel em Direito e mestre e doutora em Linguística Aplicada e Análise do Discurso, professora no Departamento de Línguas Estrangeiras e no Programa de Pós-Graduação em Inglês/Estudos Linguísticos e Literários na Universidade Federal de Santa Catarina. Seu foco de interesse são as relações entre discurso, gênero e poder, sobretudo no discurso jurídico.

E-mail: deborafigueiredo@terra.com.br

Gersiney Santos

Doutor e mestre em Linguística pela Universidade de Brasília, atua na área de Língua Portuguesa, Produção de Texto e Linguística, com ênfase em Análise de Discurso Crítica e Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos. Professor vinculado ao Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade da UnB.

E-mail: gersiney@gmail.com

Gina Vieira Ponte de Albuquerque

Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Especialista em Educação a Distância, Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar e Letramentos e Práticas Interdisciplinares nos Anos Finais. Cursa mestrado em Linguística na UnB.

E-mail: ginavieiraponte@gmail.com

Juliana de Freitas Dias

Doutora em Linguística e docente na Universidade de Brasília desde 2009. É fundadora e atual coordenadora do grupo de pesquisa Educação Crítica e Autoria Criativa (Gecria).

E-mail: ju.freitas.d@gmail.com

Lola Aronovich

Mestra e doutora em Literatura em Língua Inglesa pela Universidade Federal de Santa Catarina, professora associada do Departamento de Estudos da Língua Inglesa, suas Literaturas e Tradução da Universidade Federal do Ceará, autora do *blog* Escreva Lola Escreva.

E-mail: lolaescreva@gmail.com

Mariana C. Marchese

Doutora pela Universidade de Buenos Aires, professora de Mídia e Ensino Superior em Letras na mesma universidade, pesquisadora assistente do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas, chefe de Trabalhos Práticos na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires.

E-mail: marianacmarch@yahoo.es

Maria Carmen Aires Gomes

Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa e colaboradora do Poslin-UFG. Articula pesquisas em Análise de Discurso Crítica com estudos de gênero e corpo (Grupo Afecto).

E-mail: mcgomes@ufv.br

Virgínia Colares

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco com pós-doutorado em Direito pela Universidade de Brasília. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Pernambuco.

E-mail: virginia.colares@pq.cnpq.br

Os estudos críticos do discurso têm sido amplamente aprofundados nas incursões que pesquisadoras latino-americanas têm feito nesse campo. A Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso e a Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica e Pobreza são exemplos do muito que foi feito na América Latina na direção da ampliação do escopo da análise de discurso crítica e no refinamento de abordagens teóricas e metodológicas associadas a essa interdisciplina. A ALED é uma associação acadêmica com 25 anos de tradição que congrega estudos do discurso de diversas tendências. Para a sétima edição do colóquio da ALED no Brasil, definiu-se a temática “Discurso, política e direitos: por uma análise de discurso comprometida”, com o objetivo de trazer ao centro da discussão no âmbito da ALED-Brasil as relações de discurso-sociedade em termos de poder e abuso de poder. Para atingir esse objetivo, a ALED-Brasil convidou especialistas de diferentes campos dos estudos do discurso que trabalham com as categorias centrais a este debate: classe, raça e gênero, e consideram ambientes discursivos variados, desde os espaços virtuais de interação até as políticas públicas, passando pelos campos midiático, jurídico e educacional. Esse encontro mostrou-se uma oportunidade produtiva para a discussão do necessário comprometimento de acadêmicas e acadêmicos envolvidos em estudos das relações de linguagem-sociedade em termos de discurso e poder. Este livro reúne algumas dessas conferências.

